

- ATA -

73ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DA BACIA DRENANTE À BAÍA DE SEPETIBA

DATA: 21/06/2017 – de 10h00min as 12h00min

COORDENADOR: Julio Cesar Jucá - Acqua Consulting -- RELATOR: Brasileiro Vito Fico (SECONSERMA)

Membros da Câmara Técnica	Comparecimento
1- ACQUA CONSULTING	Julio Cesar Jucá (COORDENADOR)
2- SECONSERMA	Brasileiro Vito Fico (RELATOR)
3- SMO	Cláudia Almeida Pires
4- UERJ	Luciana Alem Gennari
5- SMUIH	Alexandre Younes
6- APEDEMA-RJ	Núbia Corrêa
Convidados	-----
7- RIO ÁGUAS	Bruno Costa Assunção
8- SECONSERMA	Mauro Luiz Salinas do Rosário
9- RIO ÁGUAS	Liana Iannibelli
10- ANAGEA-RJ	Viviane Logullo
11- PEBPB - INEA RJ	Caren Pereira
12- SECONSERMA	Camila Figueiredo
13- FPJ	Gabriela Barbosa Martins
14- RIO ÁGUAS	Munique Duarte
15- SMUIH	Felipe Manhães
16- APEDEMA	Nelson Reis Filho
17- SMUIH/APL5	Marisa Valente

Assuntos abordados:

A reunião inicia-se às 10:00 horas com os agradecimentos do Coordenador aos membros e convidados pelo comparecimento. Então passa a apresentar à palestrante Mariza Valente, da GPL5/SMUIH que explanará sobre a proposta de criação do PARQUE FLUVIAL DO RIO CABUÇU-PIRAQUÊ.

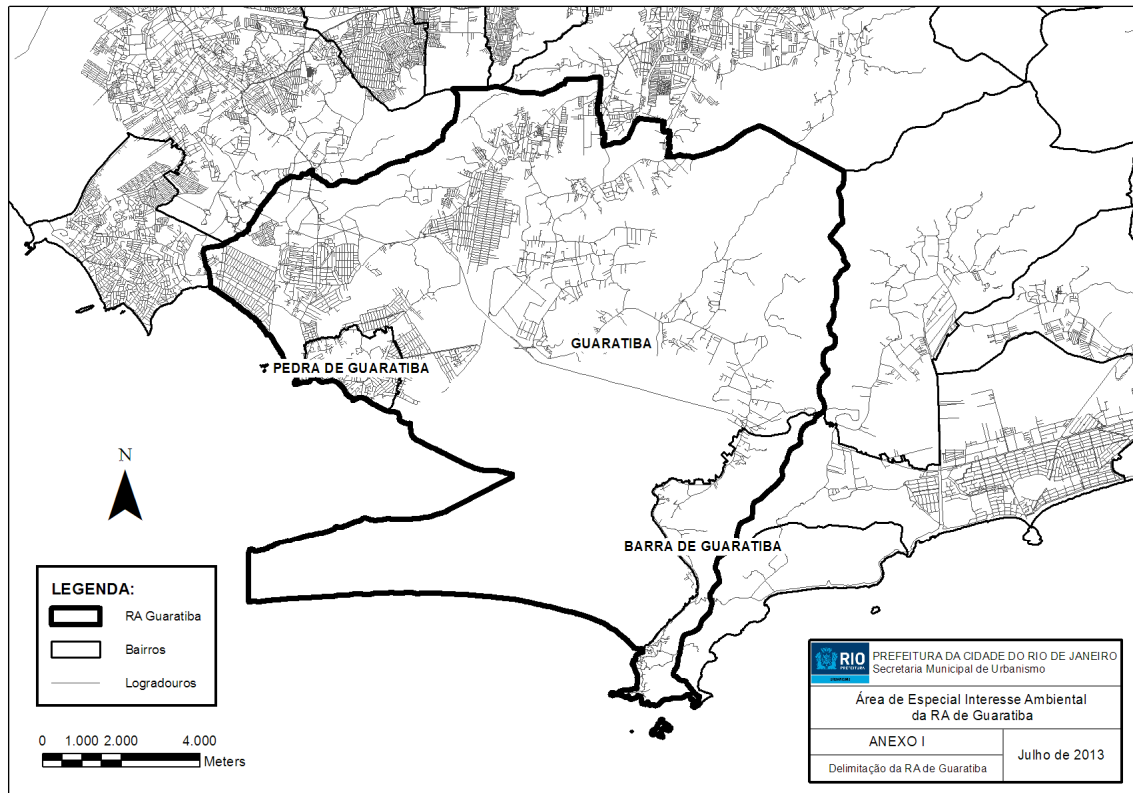
A técnica lembra que as primeiras discussões sobre a necessidade de modificação da legislação urbana da região de Guaratiba se iniciam a mais de dez anos, quando foi formado o primeiro grupo de trabalho coordenado pelo IPP sobre a criação do bairro de “Recreio de Guaratiba”. O relatório final do GT apontava para a necessidade da constituição de um PEU. Entretanto, não houve desdobramentos imediatos.

A necessidade de revisão do Plano Diretor a partir de 2005 inviabilizou o aprofundamento das discussões sobre o PEU Guaratiba no nível do Poder Legislativo. Outros estudos que visavam a regulamentação da ZR6 (“Zonas Agrícolas”) na AP5 também não avançaram.

A construção do túnel da Grota Funda em 2011 modifica profundamente a região e as expectativas de expansão urbana, com grande especulação por terras.

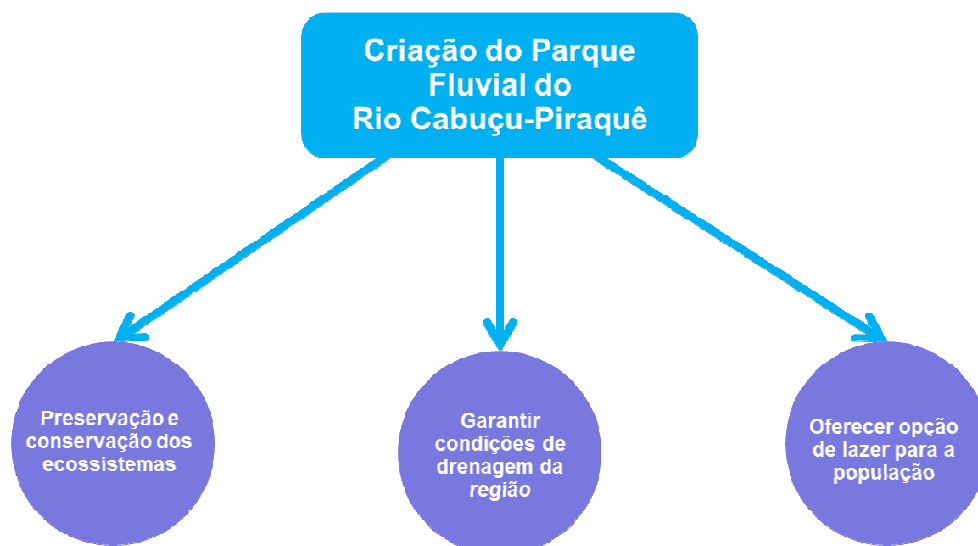
Em 2012, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude, as atenções se voltam para Guaratiba uma vez que o terreno escolhido como missa campal (Campus Fidei) é tomado pelas águas da chuva, inviabilizando o evento. A repercussão negativa provocou um pronunciamento do IAB-RJ que, a pedido da Prefeitura, analisou o quadro da ocupação. Aquele instituto mostrou através de parecer a necessidade em reordenamento urbano que permitisse baixo adensamento e a conservação dos ambientes.

Em 2013, houve a retomada dos estudos para criação de Guaratiba, agora para a criação de um PEU. Enquanto se aprofundavam os estudos, a Prefeitura optou por “congelar” a expansão através da criação por Decreto de uma AEIA, Área de Especial Interesse Ambiental, figura de proteção provisória, que congelava por 180 dias a aprovação de novas intervenções na região. A AEIA foi sendo prorrogada sucessivamente até o presente momento, com algumas interrupções. Os grandes eventos esportivos de 2014 e 2016, por sua vez, inviabilizaram a instituição de um PEU.



O novo governo que assume em 2017 recebe as propostas do corpo técnico de reordenamento da região e a necessidade de um diálogo com a sociedade sobre a resolução das questões ambientais e urbanas. A nova gestora da Subsecretaria apoiou a ideia e uma oficina técnica foi realizada em junho com representantes de órgãos públicos municipais, estaduais e sociedade civil. Outra oficina, expandida, será realizada em agosto.

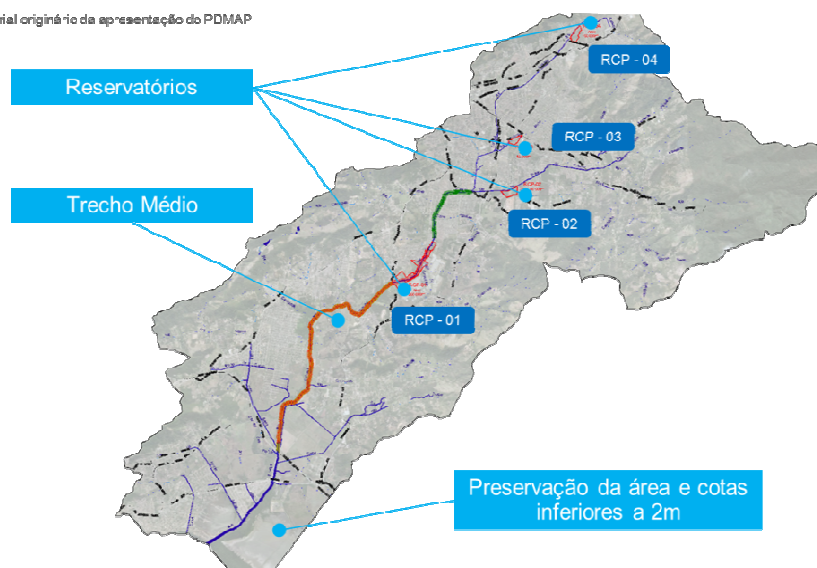
A AEIA ensejou uma proposta de criação de um Parque Fluvial no rio Cabuçu-Piraquê como um projeto fundamental para a reordenação territorial.



O Plano Diretor de Drenagem da Rio Águas apontava também para criação de uma parque com reservatórios ao longo do curso que permitissem a ocupação controlada e manutenção da calha fluvial.

Bacia dos Rios Cabuçu-Piraquê - Reservatórios e adequação da calha no trecho médio

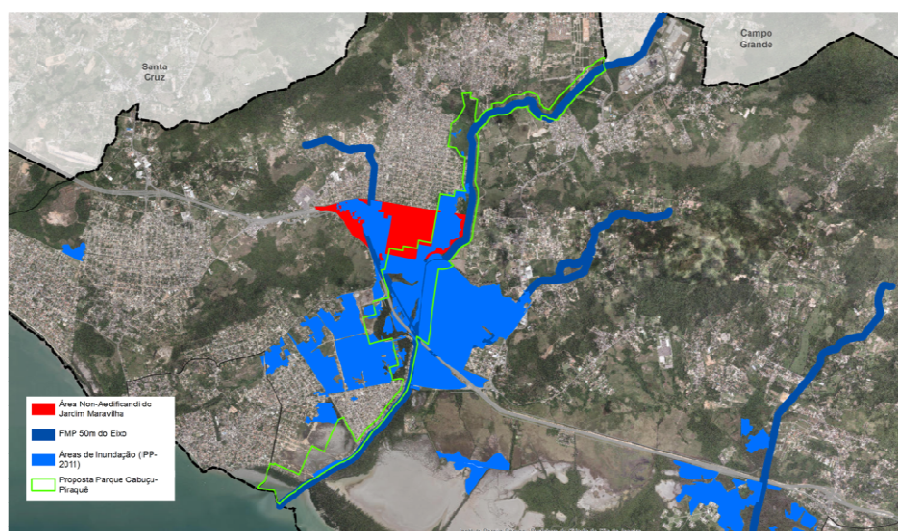
Material originário da apresentação do PDMAP



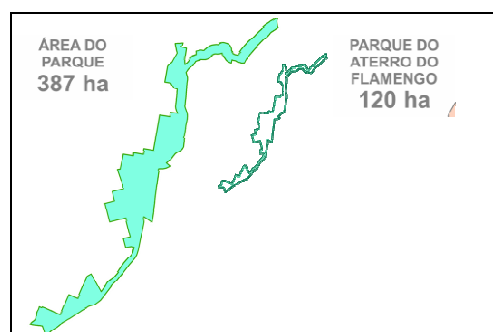
Estudos para a criação do Parque Fluvial também foram gestados na Secretaria de Meio Ambiente, no bojo da criação de uma unidade de conservação que envolvia a Serra de Cantagalo- Inhoaíba.

A proposta de delimitação do Parque Fluvial advinda da SMU teria como premissas adicionar as áreas definidas como não aedificandi do Parque Maravilha, as FMPs e as áreas consideradas sujeitas à inundação pelo IPP.

Orientação para Delimitação da Proposta



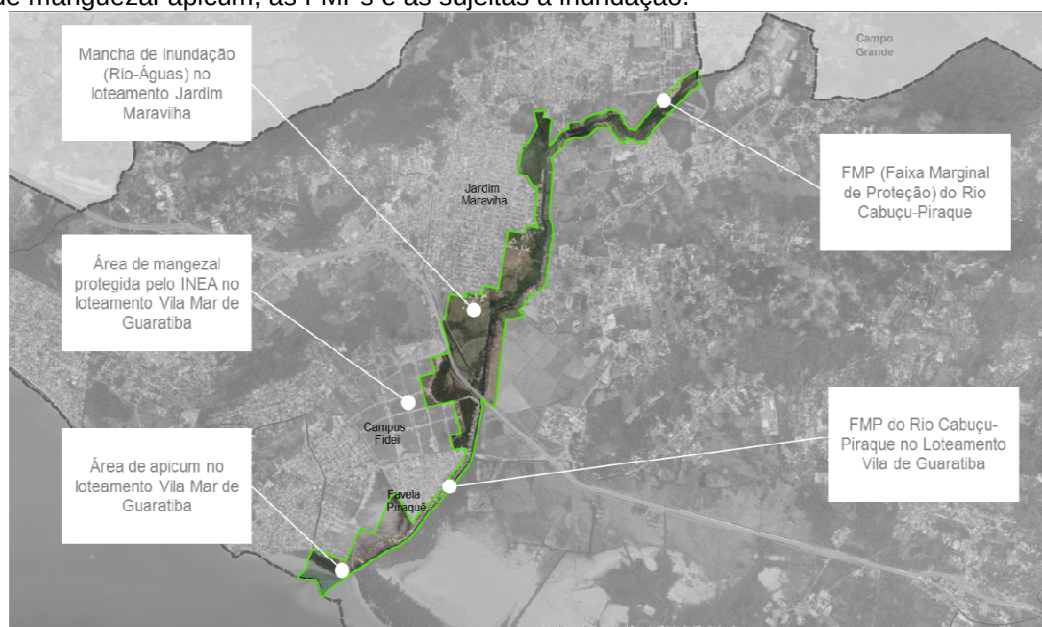
Se comparado com o Parque do Flamengo, o novo parque teria dimensão 3 vezes maior. Porém a estrutura construída necessária ao funcionamento do novo Parque seria bem menor uma vez que ele se destinaria também a proteção e manutenção do curso d'água e de sua área de influência direta.



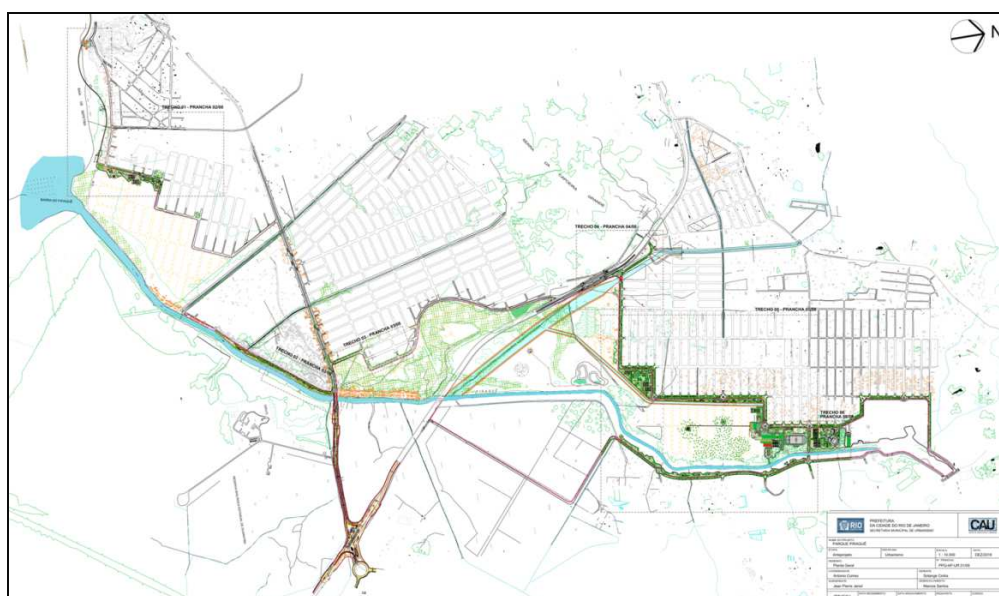
Dentre os objetivos do Parque, estão:

- Preservação das FMPs
- Parque Funcional para preservação das águas
- Ciclovía ligando Guaratiba a Campo Grande
- Criação de Grande Área de Lazer e Corredor Verde

Os setores do Parque a ser proposto estariam definidos de modo a privilegiar as áreas frágeis de baixada, cobertas de manguezal-apicum, as FMPs e as sujeitas à inundação.



Para a área do Parque que receberá visitantes foi elaborado pela CAU (Centro de Arquitetura e Urbanismo) proposta preliminar que permite a implantação de infraestrutura necessária ao seu funcionamento.



A proposta foi incluída no novo Planejamento Estratégico da Prefeitura.

A representante da ANAGEA-RJ questiona se houve participação da sociedade civil na proposta de Parque. A palestrante disse que há anseio muito grande para a participação popular, mas a participação é delimitada pelo gestor público que avalia a pertinência e a oportunidade. O representante da Rio Águas informa que os critérios técnicos e legais foram observados que é o mais importante no primeiro momento de formulação. Mariza acrescenta que o projeto está maduro para avaliação popular, bastando um aceno do gestor. A participação da sociedade é bem-vindo, inclusive, para buscar parcerias que permitam a implantação do projeto. O licenciamento de intervenções em grandes propriedades lindeiras pode ser condicionado a contrapartidas urbanas e ambientais.

O coordenador salienta que existem possibilidades de parcerias e financiamento em outras instâncias de governo, visando convencer o gestor da possibilidade de implantação e conservação do novo Parque. A Câmara nesse sentido se coloca à disposição para auxiliar na empreitada.

O representante da APEDEMA, que participa do Comitê de Bacia do Rio Guandu, informa que o Plano Estratégico de Gerenciamento de Recursos Hídricos não contemplou a sub-bacia do Cabuçu-Piraquê. Ele tem feito gestões juntas aquele Comitê para ampliar sua atuação na sub-bacia. Seu tema de estudo no projeto de Doutorado na UFRJ é a Segurança Hídrica de Guaratiba, região com 110 mil habitantes, desprovida de saneamento e com fornecimento intermitente de água da CEDAE.

O coordenador aproveita a intervenção para solicitar o apoio do Comitê Guandu para colaborar no funcionamento da Câmara Técnica.

Encerrada a discussão, o Coordenador agradece a presença e participação e convida para a próxima reunião da Câmara Técnica a ser realizada em julho.

- PAUTA para próxima reunião: Apresentação da palestra "Estudo Técnico - Suporte à Elaboração do Plano de Adaptação da Cidade do Rio de Janeiro - ETS/PA-CRJ", por Denise da Silva de Sousa, Centro Clima - UFRJ.

- DATA da próxima reunião: 19/07/2017 às 10:00h – SALA 2 – SUBSOLO CASS